

# **VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**

## **DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO II**

**JOAO PEDRO IGNACIO MARSILLAC**

**JAQUELINE DE PAULA LEITE ZANETONI**

**EUDES VITOR BEZERRA**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

**Diretoria - CONPEDI**

**Presidente** - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

**Diretor Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

**Vice-presidente Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

**Vice-presidente Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

**Vice-presidente Sudeste** - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

**Vice-presidente Nordeste** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

**Representante Discente:** Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

**Conselho Fiscal:**

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

**Secretarias**

**Relações Institucionais:**

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

**Comunicação:**

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

**Relações Internacionais para o Continente Americano:**

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

**Relações Internacionais para os demais Continentes:**

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

**Eventos:**

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

**Membro Nato** - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito penal, criminologia, política criminal e processo II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Livio Augusto de Carvalho Santos; Renata Botelho Dutra; Sérgio Henriques Zandona Freitas – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-968-1

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito penal 3. Criminologia. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



**VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI**  
**DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E**  
**EMPREENDEDORISMO II**

---

**Apresentação**

O conjunto de pesquisas que são apresentadas neste livro faz parte do Grupo de pôsteres apresentados no bloco de “DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO E DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO II”, ocorrido no âmbito do VII Encontro Virtual do CONPEDI, realizado entre os dias 24 e 28 de junho de 2024, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e que teve como temática central “A Pesquisa Jurídica na Perspectiva da Transdisciplinaridade”.

O Grupo de Pôsteres em comento ocorreu no segundo dia do evento, ou seja, 25/06/2024, oportunidade na qual foram realizadas as apresentações orais, na ordem abaixo, dos seguintes temas e respectivos autores:

1º) RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR POR ACIDENTE DE

TRABALHO EM RAZÃO DA MORTE: UM ESTUDO SOBRE OS CRITÉRIOS

DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO. Autoria de Pedro Fernandes Diniz Pereira, sob a orientação do Professor Fabrício Veiga Costa;

2º) UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLIANCE NA GESTÃO

EMPRESARIAL. Autoria de Michelly Monteiro Pacheco, sob a orientação do Professora Larissa Maia Freitas Salerno Miguel Santos;

3º) O DESAPARECIMENTO DE TUVALU EM DECORRÊNCIA DA CRISE CLIMÁTICA E O METAVERSO COMO ALTERNATIVA PARA A PERPETUAÇÃO DA CULTURA LOCAL. Autoria de Raquel de Melo Furini;

4º) O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS

E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: ESTUDO HERMENÊUTICO SOBRE A

ETICIDADE E JURISDICIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 2.338/2023. Autoria de João Eduardo Gomes Passarinho Menezes;

5º) OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL NA ERA DIGITAL: UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Autoria de Júlia Mesquita Ferreira, sob a orientação do Professor Yuri Nathan da Costa Lannes;

6º) Planejamento Sucessório: maximizando os benefícios fiscais com a doação de cotas ou ações em holdings familiares. Autoria de Nathália Alves Fernandes;

7º) OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NA PROTEÇÃO DE MARCAS E DAS

RELAÇÕES CONTRATUAIS. Autoria de Giulia Leite Beloni dos Santos e Ana Beatriz Guerra;

8º) A PRIVACIDADE NO CONTEXTO DIGITAL E OS IMPACTOS DO BIG DATA NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO. Autoria de Eloísa Celes Nunes, sob a orientação da Professora Jéssica Amanda Fachin;

9º) SEGURANÇA OU ESPIONAGEM? O ESTADO DE VIGILÂNCIA NO BRASIL. Autoria de Marcelo Carvalho Berardo, sob a orientação da Professora Jéssica Amanda Fachin;

10º) POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA A ERA DA INFORMAÇÃO:

desafios para o Brasil. Autoria de Ana Laura Cardoso Jacobassi, sob a orientação do Professor Yuri Nathan da Costa Lannes;

11º) SHARENTING: a produção de conteúdo para as redes sociais em detrimento do direito à privacidade das crianças. Autoria de Barbara Luzini Pimenta Peli, sob a orientação Cildo Giolo Junior;

12º) SOLUÇÕES SOCIAIS PARA AMENIZAR A COLETA INDISCRIMINADA DE

DADOS PESSOAIS VIA MÍDIAS SOCIAIS E FERRAMENTAS DE PESQUISA. Autoria de Ana Júlia Correia Fuzaro;

13º) REDES SOCIAIS E INFLUENCIADORES DIGITAIS: os grandes responsáveis pelo aumento da pirataria na moda. Autoria de Thamirys Camargo Sanrroman;

14º) TRIBUTAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: OS IMPACTOS DO ICMS NA

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA. Autoria de João Pedro Cafola Bastos.

Assim, convidamos os leitores para uma agradável apreciação da íntegra dos pôsteres sobre “DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO E DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO II” que se encontram nesta publicação.

Atenciosamente;

Prof. Dr. Eudes Vitor Bezerra (PPGDIR/UFMA e IDEA São Luís/MA)

Profª. Ms. Jaqueline de Paula Leite Zanetoni (USP)

Prof. Ms. João Pedro Ignácio Marsillac (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

# **SOLUÇÕES SOCIAIS PARA AMENIZAR A COLETA INDISCRIMINADA DE DADOS PESSOAIS VIA MÍDIAS SOCIAIS E FERRAMENTAS DE PESQUISA**

**Ana Júlia Correia Fuzaro  
Alaís Aparecida Bonelli da Silva**

## **Resumo**

O presente projeto visa analisar a realidade imposta pela sociedade da informação, marcada pela conexão do indivíduo com a tecnologia digital, a internet e as redes sociais, já que essas possibilitam a criação de um mundo globalizado e interconectado (Castells, 1999). Nos anos 90, a expressão “sociedade da informação” se conceituou em uma construção política e ideológica, se desenvolvendo nas mãos da globalização neoliberal, juntamente com a popularização do acesso à internet. As novas tecnologias são ferramentas utilizadas para desenvolver a mente humana como uma força produtiva direta. Nesse sentido, as navegações na internet criam uma sensação de liberdade instantânea nos indivíduos que acessam as redes. No entanto, essa crescente digitalização e vigilância na sociedade contemporânea estão comprometendo a privacidade individual dos indivíduos. Embora as pessoas possam sentir que estão mais conectadas pelas mídias sociais, essa conectividade vem às custas da privacidade de suas informações, sendo que os dados coletados, são armazenadas e compartilhadas por empresas e governos ameaçando cada vez a discricção do indivíduo com a digitalização da sociedade (Bauman, 2001). Dentro deste contexto, a privacidade e a proteção de dados vêm sendo tema de diversos debates, levantando questões pertinentes acerca da segurança das informações pessoais dentro do sistema de empresas, instituições e mídias sociais. Frente a isso, é evidente que as mais diversas áreas estão se adaptando à realidade da cibercultura, e o direito não poderia ser diferente. Há debates dentro de um parâmetro legal, que abordam a concepção da proteção de privacidade dos internautas repercutindo na massificação do uso de cookies e spams, discutindo sobre até que ponto não atingem a inviolabilidade de sua intimidade e os direitos fundamentais garantidores da dignidade humana. A partir dessa realidade, o presente trabalho visa compreender o processo de disseminação de informações de dados pessoais, seu alcance dentro das instituições e analisar como isto está relacionado com a coleta de bases em massas. Além disso, busca ampliar o entendimento dos desafios relacionados à privacidade digital, e à coleta indiscriminada de dados, e a partir disso, promover a implementação de práticas sociais eficientes de conscientização e proteção das informações coletadas, a fim de amenizar os prejuízos decorrentes do tratamento indevido destes. Para isso, será necessário abordar um método qualitativo de pesquisa empírica, pois, tal técnica possibilita a percepção de novos conceitos e marcos teóricos a partir das interpretações dos diversos fenômenos jurídicos colocados em análise, assim, há uma contribuição para o progresso da teoria (Machado, 2017). Assim, com a revisão bibliográfica acerca do tema e das legislações Pertinentes, o embasamento teórico visa aprofundar a compreensão do tema, permitindo uma análise crítica dos riscos à

privacidade, identificando as vulnerabilidades e os tipos de dados mais propensos a violações. A “identificação” possui três etapas: o contexto, quer seja, quais são os interesses da disputa jurídica objeto; o caso em si; e, por fim, a unidade de análise, sendo está a fonte dos dados (Machado, 2017). A legislação brasileira de proteção de dados, particularmente a LGPD, será examinada em termos de sua eficácia na proteção dos dados dos usuários. Medidas de proteção adotadas por plataformas digitais também serão examinadas para verificar sua conformidade com as normas legais e identificar falhas na proteção da privacidade. A partir dos resultados obtidos, recomendações práticas serão propostas para que empresas, instituições e usuários finais aprimorem a segurança de dados pessoais online. Utilizando-se de levantamento de artigos científicos, reportagens e doutrinas jurídicas, e demais referências disponíveis. Como resultado observa-se que há uma constante evolução da tecnologia e complexidades envolvendo políticas públicas e o direito, nota-se que tanto no social quanto judicialmente existem diversas lacunas na salvaguarda da privacidade dos usuários. Muitas empresas ainda não possuem o preparo para se adequarem às mudanças previstas em lei, faltando recursos em tecnologia e capacitação de funcionários na proteção de dados. Nesse sentido, impreterível a imputação de mudanças organizacionais significativas para a aplicação efetiva da lei, para conscientizar a sociedade e fiscalizar a efetividade da norma. É evidente que não basta somente a criação de leis passivas, a dificuldade maior é efetivar seu cumprimento na mesma velocidade que o ambiente tecnológico se atualiza (Lévy, 1997). Portanto, com o avanço da tecnologia e sua transmissão, o direito à privacidade e consequentemente da proteção de dados possui tutela coletiva, destacando a que todos os atos que são direcionados para este tema possuem, e a iminente necessidade de Políticas Públicas voltadas à sensibilização social e à proteção efetiva destes direitos.

**Palavras-chave:** Sociedade da Informação, Privacidade, Políticas-Públicas Digitais

### **Referências**

BAUMAN, Z. (2001) *Community: Seeking safety in an insecure world*. Cambridge, Polity Press.

BIOLCATI, Fernando Henrique De O. *Internet, Fake News e Responsabilidade Civil das Redes Sociais*. (Coleção Direito Civil Avançado). São Paulo: Grupo Almedina, 2022. E-book. ISBN 9786556276410. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276410/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CASTELLS, M. (1999) *A Sociedade em Rede*. São Paulo. Paz & Terra.

LÉVY, P. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Revista FAMECOS*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 37–49, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.1998.9.3009. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3009>> Acesso

em: 16 fev. 2024.

MACHADO, Maira Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (Org.). Pesquisar empiricamente o direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 357-390.

MARTINI, Renato. Sociedade da Informação - para onde vamos, 1ª edição. São Paulo: Editora Trevisan, 2017. E-book. ISBN 9788595470196. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595470196/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

TOBBIN, R. A.; CARDIN, V. S. G. Política de Cookies e a “crise do consentimento”: Lei Geral de Proteção de Dados e a autodeterminação informativa. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 47, p. 241–262, 2021. DOI: 10.22456/0104-6594.113663. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/113663>. Acesso em: 12 abr. 2024.